

Portais da Transparência descumprem legislações

Análise foi realizada nos sites da Câmara de Vereadores e da prefeitura

Stefanie Archilli
stefanie@jornal.com.br

Análise feita pelo Observatório Cidadão de Piracicaba aponta que os portais da transparência da prefeitura e da Câmara de Vereadores descumprem algumas determinações das leis de Acesso à Informação e de Responsabilidade Fiscal. Os dois portais não divulgam despesas detalhadas e em tempo real, e os contratos na íntegra.

Os portais da transparência são mecanismos usados na divulgação online de gastos públicos e fornecimento de informações pú-

blicas à população, atendendo as exigências das duas leis federais. Nem todos os itens relacionados nos portais são cumpridos integralmente, como mostra o trabalho feito pelo Observatório.

Dos 16 indicadores avaliados no portal da prefeitura, 44% são atendidos plenamente, 38% parcialmente e 18% não cumprem a legislação. Ao longo do ano houve avanço no quesito "Licitações documento na íntegra", que passou a ser atendido parcialmente, quando, na avaliação passada, não era atendido.

Os indicadores "despesas detalhadas", "despesas em tempo re-

al" e "imóveis alugados" pioraram na avaliação. "A lei é clara ao determinar que a despesa do dia anterior esteja disponível no dia seguinte. No portal da prefeitura a defasagem é de três dias e na Câmara de 14 dias. A transparência e o acesso à informação é um direito que deve ser cumprido", afirmou o coordenador de projetos do Imaflore, Renato Morgado.

No portal da Câmara foram avaliados 20 indicadores sobre despesas, tramitação de propostas, salários, licitações, entre outras. Destes, 40% atendem plenamente as informações neces-

sárias, 35% parcialmente e 25% não atendem.

O portal foi reprovado nos quesitos "despesas em tempo real", "declaração de bens dos vereadores", "contratos na íntegra", "lista de servidores" e "divulgação dos votos dos vereadores". "Hoje as atas das sessões indicam o resultado da votação, mas não divulgam o voto de cada vereador.

A divulgação é algo simples e fundamental para o eleitor acompanhar o posicionamento do seu vereador", disse.

O Portal ainda apresentou mudanças, com o acréscimo de



um manual de uso para o cidadão, que não existia no ano anterior.

CIDADÃO — O Observatório não conseguiu dados para analisar o SIC (Serviço de Informação ao Cidadão) da Câmara, que não respondeu as solicitações enviadas, e da prefeitura, cujo link para as informações

não estava disponível.

Os apontamentos feitos pelo Observatório foram encaminhados ao Executivo e Legislativo. Para o JP, prefeitura e Câmara informaram que ainda não avaliaram o estudo. A prefeitura ainda ressaltou que "atende mais do que as leis federais exigem para o Portal da Transparência".